

Presos delegados acusados de receber propina para não investigar

Três delegados da Polícia Federal, um deles aposentado, foram presos nessa quinta-feira (14/7) acusados de participarem de um esquema de propinas abastecido com verba previdenciária. Foram cumpridos 23 mandados de busca e apreensão, quatro de condução coercitiva e 13 de prisão preventiva, todos na capital paulista e Grande São Paulo.



Foram presos Ulisses Francisco Vieira Mendes, ex-chefe da

Deleprev, hoje aposentado, Rodrigo Cláudio de Gouveia Leão e Carlos Bastos Valbão, da mesma delegacia.

Também estão detidos Moisés Dias Morgado, Dorival Donizete Correa, Maria Lúcia Ribeiro, José Carlos da Rocha e Manoel Carlos da Silva. Cláudio Ademir Mariano, advogado de Miro, está foragido.

Além dos três delegados, que estão presos na sede da PF em São Paulo, um quarto servidor foi afastado preventivamente de suas atividades a pedido da corporação. Outros três investigados tiveram a prisão decretada: Evando Avelino, Miguel Minarro Pinar e Kleber Mejoardo Gonzaga.

O inquérito foi iniciado em agosto de 2015, quando uma advogada investigada na operação trânsito foi procurada por pessoas que falavam em nome de policiais dizendo que se ela pagasse uma propina de R\$ 15 mil poderia se livrar da investigação. Tempos depois, o pedido subiu para R\$ 150 mil.

Então, ela e o marido procuraram a Corregedoria da PF em São Paulo e denunciaram o esquema, trazendo cada vez mais provas do envolvimento de policiais, inclusive conversas de WhatsApp, que passaram a ser investigados agora serão indiciados e responderão pelos crimes de corrupção ativa e corrupção passiva.

As diligências foram autorizadas pela 9ª Vara Federal de São Paulo, e a denúncia foi feita pelo Ministério Público Federal em SP juntamente com a contrainteligência da PF. Segundo o MPF, um dos presos, Marivaldo Bispo dos Reis, conhecido como Miro, dono de uma consultoria previdenciária, teria pago entre R\$ 500 mil e 800 mil para paralisar uma investigação contra ele. Os fatos apurados envolviam fraudes em dezenas de agências do INSS em São Paulo.



Essas fraudes, continua o MPF, teriam movimentado R\$ 50 mil por dia. Quatro pessoas ligadas a Miro foram alvo de condução coercitiva decretada pela Justiça. A audiência de custódia com os investigados presos na operação está ocorrendo na tarde desta sexta-feira (15/7) no Fórum Criminal Federal de São Paulo.

Os advogados de Ulisses e Leão, Olímpio José Ferreira Rodrigues, do escritório Nelson Willians Advogados — que representa a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) —, e Luiz Fernando Pacheco, do LFPacheco Advogados, respectivamente, negam que seus clientes estejam envolvidos no suposto esquema. Argumentam também que não há na denúncia nenhuma prova que comprove as práticas citadas.

Os dois advogados já solicitaram liberdade provisória de seus clientes e a revogação do pedido de prisão. “Meu cliente só foi preso por ter sido chefe de uma equipe”, diz Rodrigues. “[No caso] Não estão presentes os pressupostos da prisão preventiva”, destaca Pacheco.

As defesas dos outros citados na investigação não foram encontradas para tratar do assunto. O processo está em segredo de Justiça. *Com informações das assessorias de Imprensa do MPF e da PF.*

Date Created

15/07/2016